

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

**LEI N.º 1243**

**DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

**“ DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE  
CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS DO  
MUNICÍPIO, ESTABELECE OS PLANOS  
DE CARREIRA E PAGAMENTO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**JURANDIR JOSÉ MARQUES**, Prefeito Municipal de  
Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono  
e promulgo a seguinte

**L E I:**  
**TÍTULO I**

**Disposições Preliminares**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**Art. 1º** - O Serviço Público Centralizado do Executivo Municipal de Arvorezinha é integrado pelos seguintes Quadros:

- I - Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo;
- II - Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança.

**Art. 2º**- Para efeitos desta Lei, considera-se:

I - cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por Lei, denominação própria, numero certo e retribuição pecuniária padronizada;

II - Categoria Funcional: o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de padrões e classes;

III – Carreira: o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção ;

IV – Padrão: a identificação numérica do valor do vencimento da categoria funcional;

V - Subsídios: a retribuição remuneratória estabelecida em Lei para o cargo de Secretário Municipal;

VI - Classe: a graduação de retribuição pecuniária dentro da categoria funcional, constituindo a linha de promoção;

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

VII - Promoção: a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

**CAPÍTULO II**

**Da Estrutura do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo**

**Art. 3º** – São criados no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, os seguintes cargos, com o respectivo número e padrão de vencimento básico.

<b>DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL</b>	<b>N.º DE CARGOS CRIADOS</b>	<b>PADRÃO DE VENCIMENTO</b>
Auditor Público Interno	00	10
Assistente Social	01	08
Advogado	01	09
Engenheiro Civil	01	09
Engenheiro Agrônomo	01	09
Médico	02	09
Médico Veterinário	01	09
Odontólogo	02	09
Psicólogo	01	08
Enfermeiro	01	09
Topógrafo	01	08
Técnico em Contabilidade	01	09
Tesoureiro	01	08
Inspetor Tributário	01	08
Fiscal de Obras e Postura	01	08
Fiscal Sanitário	01	06
Assistente Administrativo	03	08
Oficial Administrativo	08	07
Técnico em Edificações	01	07
Técnico em Enfermagem	03	06
Técnico Rural	02	06
Técnico em Eletricidade	02	05
Agente Fiscal de Trânsito	04	04
Auxiliar de Administração	03	03
Auxiliar de Enfermagem	03	03
Atendente de Creche	15	03
Operário Especializado	02	04
Técnico em Mecânica	01	07

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

Mecânico	01	04
Motorista	17	05
Operador de Máquinas	15	07
Operário	30	01
Lixeiro	02	01
Vigia	05	01
Domestica	07	01
Cozinheira	02	02
Gari	05	01
Servente	02	01

**CAPÍTULO III**

**Das Especificações dos Cargos Públicos**

**Art. 4º** - Especificações das categorias funcionais, para os efeitos desta Lei, é a diferenciação da cada uma relativamente às atribuições, responsabilidades e dificuldades de trabalho, bem como às qualificações exigíveis para o provimento dos cargos que a integram.

**Art. 5º** - A especificação de cada categoria funcional deverá conter

- I – denominação da categoria funcional;
- II – padrão de vencimento;
- III – descrição sintética e analítica das atribuições;
- IV - condições de trabalho, incluindo o horário semanal e outras específicas;
- V – requisitos para o provimento, abrangendo o nível de instrução, a idade e outros especiais de acordo com as atribuições do cargo;

**Art. 6º** - As especificações das categorias funcionais criadas pela presente Lei, são as que constituem o Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único – As especificações das categorias funcionais somente poderão ser alteradas por Lei.

**TÍTULO III**

**Do Processo Seletivo, Aperfeiçoamento e Sistema de Promoção**

**CAPÍTULO I**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

**Do Processo Seletivo**

**Art. 7º** - O recrutamento para os cargos efetivos far-se-á para a classe inicial de cada categoria funcional, mediante concurso público, nos termos disciplinados no Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

**Art. 8º** - O servidor que por força de novo concurso público for nomeado para outro cargo, será sempre enquadrado na classe “A” da

respectiva categoria, iniciando nova contagem de tempo de exercício para fins de promoção na carreira.

**CAPÍTULO II**

**Do Aperfeiçoamento**

**Art. 9º** - A Administração Municipal promoverá cursos de formação e aperfeiçoamento para seus servidores, para melhor capacitá-los para o desempenho de suas funções, visando dinamizar, agilizar e aperfeiçoar os serviços públicos.

**Art. 10** – A formação e o aperfeiçoamento poderão ser ministrados em escolas de administração pública especializadas Municipais, e/ou Estaduais e Federais, através de regime de convênio.

**CAPÍTULO III**

**Da Promoção na Carreira**

**Art. 11** - A Promoção na carreira será realizada dentro da mesma categoria funcional e consiste na passagem de uma determinada classe para a imediatamente posterior, significando um acréscimo de 5% (cinco por cento) no vencimento básico, pela obtenção do mérito, alcançado pela demonstração de desempenho e eficiência do servidor durante o período de avaliação estabelecido na Lei.

**Art. 12** - Cada Categoria Funcional terá 7 (sete) classes, representadas pelas letras “A, B, C , D, E , F , G”, sendo esta última final de carreira.

**Art. 13** - Cada Cargo se situa dentro da Categoria Funcional, inicialmente na classe A e a ela retorna quando vago.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

**Art. 14** - As Promoções na carreira obedecerão ao critério por tempo de exercício em cada classe e dependem da obtenção de merecimento através da demonstração de desempenho e eficiência durante o respectivo período.

**Art. 15** - O tempo de exercício na classe imediatamente anterior, para fins de promoção por merecimento para a seguinte, será de:

- I - classe "A": ingresso por concurso público;
- II - classe "B": 3 (três) anos de permanência na classe A;
- III - classe "C": 4 (quatro) anos de permanência na classe B;
- IV - classe "D": 5 (cinco) anos de permanência na classe C;
- V - classe "E": 6 (seis) anos de permanência na classe D;
- VI - classe "F": 7 (sete) anos de permanência na classe E;
- VII - classe "G": 8 (oito) anos de permanência na classe F.

**Art. 16** - Merecimento é a demonstração positiva pelo servidor no exercício do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuições que lhe são cometidas, bem como pela sua assiduidade, pontualidade e disciplina.

Parágrafo 1º - Em princípio, todo o servidor tem merecimento para ser promovido de classe.

Parágrafo 2º - Fica prejudicado o merecimento, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção sempre que o servidor:

- I - somar duas penalidades de advertência;
- II - sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;
- III - completar três faltas injustificáveis ao serviço;
- IV - somar dez atrasos de comparecimento ao serviço e/ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada.

Parágrafo 3º - Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior, iniciar-se-á nova contagem para fins do tempo exigido para promoção.

**Art. 17** - Suspendem a contagem do tempo para fins de promoção por merecimento:

- I - as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;
- II - as licenças para tratamento de saúde no que excederem de noventa dias, mesmo quando em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço;

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

III - as licenças para tratamento de saúde em pessoa da família.

**Art. 18** - A promoção por merecimento terá vigência a partir do mês seguinte daquele em que o servidor completar o tempo de exercício exigido.

**TÍTULO IV**

**Do Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**Art. 19** - O Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas é composto por cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, destinados ao atendimento de encargos de confiança, chefia e assessoramento da Administração Centralizada do Executivo Municipal.

**Parágrafo 1º** - Os Cargos em Comissão poderão ser providos optativamente sob a forma de função gratificada, quando exercidos por servidores efetivos

**Parágrafo 2º** - O exercício de Função Gratificada é privativo de servidor público Municipal efetivo, ou de servidor Estadual ou Federal, quando legalmente posto a disposição do Município, sem prejuízo de seus vencimentos no órgão de origem.

**Art. 20** - As atribuições, responsabilidades, carga horária, requisitos e forma de provimento dos cargos em comissão estão fixadas no Anexo II, que é parte integrante desta Lei.

**Parágrafo Único** – A alteração das atribuições dos cargos de provimento em comissão, somente poderão ser alteradas através de Lei.

**Art. 21** - São criados no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, os seguintes cargos, de provimentos em comissão.

DENOMINAÇÃO DO CARGO	N.º DE CARGOS CRIADOS	PADRÃO DE VENCIMENTO	CODIGO
Secretário Municipal	09	Subsídio	1.0
Procurador Jurídico	01	CC-4 ou FG-4	1.4
Assessor de Gabinete	01	CC-4 ou FG-4	1.4
Assessor de Imprensa	01	CC-3 ou FG-3	1.3
Diretor de Equipe	10	CC-3 ou FG-3	2.3
Dirigente de Núcleo	10	CC-2 ou FG-2	2.3
Oficial de Gabinete	02	CC-2 ou FG-2	1.2
Oficial de Gabinete do Prefeito/Motorista	01	CC-2 ou FG-2	1.2
Chefe de Turma	11	CC-1 ou FG-1	2.1

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

**Art.22** - O Código de identificação estabelecido para o Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas tem a seguinte interpretação:

I – o primeiro elemento indica que o provimento processar-se-á sob a forma de:

- a) cargo em comissão ou função gratificada, quando representado pelo dígito 1(um);
- b) função gratificada, quando representado pelo dígito 03 (três);

II – o segundo elemento indica o nível de vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada.

§ 1º - A preferência de que trata o inciso I, letra b, deste artigo, somente poderá deixar de ser observada se inexistir servidor:

- I – com formação específica exigida para o desempenho do cargo;
- II – com perfil profissional correspondente as exigências do cargo; ou
- III – que aceite o exercício do cargo;

§ 2º - Ainda na hipótese do inciso I letra b, deste artigo, o servidor poderá optar pelo provimento sob a forma de função gratificada do mesmo nível.

**TÍTULO V**

**Do Plano de Pagamento para os Quadros de Pessoal Civil**

**CAPÍTULO I**

**Do Plano de Pagamento para o Quadro Geral de Cargos De Provimento Efetivo**

**Art. 23** - Fica estabelecido o Plano de Pagamento para o Quadro Geral do Cargos de Provimento Efetivo, de acordo com os valores fixados na tabela abaixo, com os respectivos índices de percentual de promoção na classe, incidentes sobre os respectivos padrões - básicos.

PADRÃO BÁSICO	LINHA DE PROMOÇÃO N A CLASSE						
	A	B	C	D	E	F	G
1	185,00	194,25	203,96	214,16	224,86	236,11	247,91
2	230,00	241,50	253,57	266,25	279,56	293,54	308,21
3	255,00	267,75	281,13	295,20	310,00	325,50	341,77
4	420,00	441,00	463,00	486,50	510,50	536,00	561,85
5	450,00	472,50	496,12	520,92	546,96	574,30	603,00
6	600,00	630,00	661,50	694,57	729,30	765,75	804,00

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

7	645,00	677,25	711,00	746,66	784,00	823,20	864,30
8	970,00	1.018,50	1.069,40	1.122,90	1.179,00	1.238,00	1.300,00
9	1.285,00	1.349,25	1.416,70	1.487,50	1.562,00	1.640,00	1.722,00
10	1.300,00	1.365,00	1.433,25	1.504,91	1.580,15	1.659,15	1.742,10

**CAPÍTULO II**

**Do Plano de Pagamento para o Quadro de Cargos Comissionados Públicos**

**Art. 24** - Fica estabelecido o plano de pagamento para o Quadro dos Cargos em Comissão conforme estabelecido na tabela abaixo, com os correspondentes valores dos vencimentos básicos e respectivas Funções Gratificadas.

CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA
CC-1 = R\$ 225,00	FG 1 = R\$ 101,25
CC-2 = R\$ 425,00	FG-2 = R\$ 191,25
CC-3 = R\$ 800,00	FG-3 = R\$ 360,00
CC-4 = R\$ 1.300,00	FG-4 = R\$ 585,00

**Art. 25** - Os valores estabelecidos para o Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo e Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas serão revistos sempre nas mesmas épocas e pelos mesmos índices, ficando assegurada uma revisão geral anual.

**TÍTULO**

**Disposições Gerais e Transitórias**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**Art. 26** - Os atuais servidores municipais exercentes de cargos públicos de provimento efetivo, serão enquadrados em cargos criados por esta Lei, ficando sujeitos às suas disposições.

**Art. 27** – Ficam assegurados aos servidores municipais os direitos anteriormente adquiridos na forma da Lei, gravados como vantagens nominalmente identificáveis, que serão percebidas na forma de parcela autônoma.

**Art. 28** - Lei específica definirá qual o percentual de cargos reservados a portadores de deficiência, bem como os critérios de seleção para sua admissão no serviço público.

**Art. 29** – Permanecerão no Quadro Especial em Extinção, excepcionalmente regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, os servidores

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**

amparados pela estabilidade concedida pelo artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1998.

**Art. 30** - A nomeação, exoneração, transposição e demais atos necessários e resultantes desta Lei serão praticados através de Portaria subscrita pelo Prefeito Municipal ou pela autoridade que receber delegação para tanto.

**Art. 31** - As despesas resultantes da aplicação desta Lei, correrão a conta de dotações próprias constantes no orçamento anuais do Município.

**Art. 32** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 33** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREZINHA,**  
aos 30 dias do mês de dezembro de 1998.

JURANDIR JOSÉ MARQUES  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

NELSON SANTOS DE LIMA  
Secretário de Administração